

O impasse orçamentário

Orçamento

No momento em que redigimos este comentário, parece ainda distante de solução o problema da rolagem da dívida externa dos estados e municípios, ora submetido a intermináveis negociações que acabarão por transferir a decisão ao Congresso, no decorrer do exame do orçamento da União para 1989. A passagem dos dias o impasse se agrava, e, uma vez não dirimido, restará ver como se comportarão diante dele os congressistas, ao influxo das responsabilidades que se atribuíram como constituintes.

Certamente, um teste importante para a nova Constituição, uma vez que permitirá avaliar a capacidade dos parlamentares de discutir em profundidade a Lei de Meios, em estrita obediência ao texto constitucional, que lhes veda a alteração das receitas permitindo-lhes apenas remanejar as despesas. Pela primeira vez em muitos anos, verifica-se com satisfação que a discussão do orçamento poderá propiciar intenso debate. Infelizmente, tolda desde já essa expectativa a fraqueza demonstrada pelo presidente da República diante da atitude de alguns membros do Congresso mais sensíveis a pressões de ordem eleicoeira

que à delicada situação econômica do País.

Ao decidir enfrentar pessoalmente os governadores em uma questão que poderia ter sido perfeitamente atribuída ao critério das autoridades monetárias (as quais, não dispondo de recursos, podem tranqüilamente exigir que os devedores solvam seus compromissos), o sr. José Sarney não adotou — conforme seria de esperar — uma linha de firmeza, optando exatamente pelo oposto, talvez movido por sua afeição ao Nordeste. Ofereceu aos chefes dos executivos estaduais, sem a devida consulta aos ministros diretamente ligados à elaboração do orçamento, uma alternativa que apenas fortaleceu a resistência de determinados congressistas. Com tal proposta (que permitiu descobrir falhas na proposição original do Executivo), verificou-se que as receitas previstas com o pagamento de uma parte da dívida externa dos estados e municípios orçariam não 580 bilhões de cruzados, mas 340, o que levou os parlamentares a aferrar-se a uma contraproposta que reduz tal estimativa a 70 bilhões. Perde-se assim qualquer esperança de se chegar a um orçamento equilibrado, suscetível de reduzir a dívida interna e

criar condições à reconstituição de uma poupança pública capaz de permitir o reinício dos investimentos públicos. Ao retirar dos verdadeiros responsáveis a condução da política orçamentária, o presidente José Sarney abriu as portas a uma série de reinvidicações desastrosas à Lei de Meios.

Alguns deputados, entre eles o sr. José Serra, questionam diversas previsões do governo, notadamente no que diz respeito aos juros a pagar sobre a dívida externa. Outros como o sr. Francisco Dornelles consideram, não sem fundamento, que a contribuição suplementar sobre lucros das empresas fere a nova Constituição.

Cumprе salientar que tais posições visam ao saneamento das finanças públicas e se enquadram no propósito de chegar a um orçamento equilibrado, não através de medidas inócuas, mas de verdadeiros cortes de despesas. Atitudes positivas, que traduzem firme colaboração com o governo para que se alcancem os resultados almejados. Todavia, ao lado dessas condutas dignas de respeito, descobrem-se outras que visam apenas à destruição da economia. De fato, não é possível discutir o orçamento com o

objetivo de equilibrá-lo e, paralelamente, propor um reajuste do salário mínimo que contribuirá para abalar as finanças da União, dos estados e municípios. O governo havia proposto um sistema de indexação das despesas, que, embora discutível, oferecia pelo menos a grande vantagem de criar uma flexibilidade necessária nestes tempos de inflação aguda. Agora, o Congresso, que multiplica seus sinais de incompetência, pretende acabar com tal indexação para poder exercer pressões mensais sobre o Executivo, forçando-o a pedir-lhe autorização para realizar despesas, que, com uma inflação de 25%, se tornam irrealistas.

Se tal exigência correspondesse a um desejo de evitar abusos por parte do Estado perdulário, só mereceria aplausos. Todavia, comprovava-se neste momento que a "fiscalização permanente" visa apenas a perpetuar um sistema de pressões sobre o governo, para afastá-lo da direção da política econômica.

Resta-nos a esperança de que, ao discutir o orçamento, o Congresso respeite a Constituição que votou, para comprovação de que existe ainda no Legislativo uma maioria responsável, exclusivamente dedicada ao bem da Nação.